



1290004159

TCC/UNICAMP  
Sh62f  
FE

Universidade Estadual de Campinas  
Faculdade de Educação  
Coordenação de Pós-Graduação

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização

**A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EXERCÍCIO:  
O PROESF E SEUS DIFERENCIAS**

AIMAR SHIMABUKURO

Trabalho de conclusão do curso de especialização  
do Programa Especial de Formação de Professores  
da Faculdade de Educação da UNICAMP.

Campinas

2008

6911726009

## INTRODUÇÃO

No decorrer dos dez anos da instituída Década da Educação<sup>1</sup>, assistimos o empreendimento de diferentes políticas públicas no âmbito da formação de professores da educação básica. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394, promulgada em 20 de dezembro de 1996, por meio dos artigos nº 64 e 87<sup>2</sup>, delibera que a formação de professores da educação básica deverá ser realizada, preferencialmente, em nível superior, e será exigida, no prazo de dez anos após a data da promulgação da lei, como formação mínima desses profissionais. Faculdades de Pedagogia públicas e privadas e Centros Universitários, impelidos pela LDB de 1996, aumentaram sua oferta e diversidade de cursos. Criaram de forma desordenada cursos universitários ou de complementação pedagógica, para a formação de professores da educação básica e pedagogos. A iniciativa privada, além da demanda dos jovens professores, alcançou um mercado bastante grande de profissionais já empregados, que incertos de suas garantias profissionais, foram procurar certificações adequadas à legislação.

Freitas, em vários estudos analisa as transformações no campo da formação dos profissionais da educação, e já em 2002 aponta que:

“Com efeito, desde 1998 cresce em nosso país o número de IES, aumentando significativamente o número de cursos nas áreas com maior demanda. A área da educação - cursos de pedagogia e algumas licenciaturas (letras e matemática) - é a área de maior crescimento, perdendo apenas para os cursos de administração. (...) somente no ano de 2000 foram autorizados 142 novos cursos de pedagogia nos diferentes estados. Apesar de todos os esforços das comissões de especialistas no sentido de garantir a qualidade dos cursos a serem autorizados, nestes últimos quatro anos do Governo Fernando Henrique observa-se a expansão desordenada e, portanto, com qualidade comprometida, de cursos e instituições de ensino superior para formação de professores. Criados como instituições de caráter técnico-profissionalizante, de baixo custo, a expansão exponencial desses novos espaços de formação objetiva, com raras exceções, responder às demandas de grande parcela da juventude atual por educação em nível superior, oferecendo-lhes uma qualificação mais ágil, flexível, adequada aos princípios da produtividade e eficiência e com adequação às demandas do mercado competitivo e globalizado”(Freitas, 2002, p.144).

De acordo com Freitas (2007), percebe-se que a forma adotada, desde 2000, para a formação de professores em exercício na educação básica, responde a recomendações dos

organismos internacionais, como forma de atender massivamente a demanda emergente por formação, com custos reduzidos. Com isso, entende-se que a configuração dada para as deliberações da LDB de 1996 serve mais às exigências dos organismos internacionais para o fornecimento de empréstimos, do que a uma educação gratuita, pública, e de qualidade, também garantidas nesta lei.

No Estado de São Paulo, a partir do final da década de 1990, inicia-se o processo de extinção das escolas de formação de professores em nível médio (Modalidade Normal ou Magistério). A demanda da formação de professores atendida nessa modalidade passou a constituir, juntamente com os professores já formados no ensino médio, um significativo público alvo para o fortalecimento financeiro do mercado privado<sup>3</sup> das Instituições de Ensino Superior (IES).

Muitos professores se sentiram inferiorizados e desestabilizados na sua situação funcional (aqueles em período probatório ou contratados pela iniciativa privada). Havia muitas dúvidas quanto a organização dos concursos públicos para professores, alguns admitindo a formação somente no magistério e outros assumindo a formação superior como requisito básico para assunção de cargo público de professores.

“Pressionados pelo art. 87, § 4º da LDB nº 9.394/96 que estabelece que “Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores **habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço**”, os professores têm sido levados a frequentar cursos de qualidade duvidosa em grande parte pagos por eles. Em vários estados tais cursos são, em geral, uma demanda das prefeituras que os terceirizam ou “contratam” as IES (públicas ou privadas), as quais realizam processo seletivo especial de modo que possam atender a esta demanda específica.” (Freitas, 2002, p.148).

Aliado ao crescimento das Instituições de Ensino Superior privadas, as universidades públicas vêm sofrendo interferências de políticas públicas que caminham cada vez mais para as privatizações e terceirizações do ensino superior público:

“O crescimento vertiginoso e desordenado do setor privado, e a crescente crise de inadimplência e esvaziamento de seus cursos de formação de professores, contrasta com o processo de estagnação das IES públicas, assoladas pela redução dos recursos públicos para manutenção de suas atividades básicas, pela falta de professores, pelos baixos salários, e evidencia as condições restritivas para a definição de uma política de formação de professores voltada para o aprimoramento e a melhoria da educação básica e da escola pública.” (Freitas, 2003, p.1113).

Contudo, as universidades públicas, também preocupadas com as novas exigências de formação e com a crescente demanda e apropriação (em massa) da formação de profissionais da educação pela iniciativa privada, discutem e iniciam Programas Especiais, com objetivo de contribuírem na formação continuada dos professores em exercício, entretanto, sem alterar a oferta de vagas nos seus tradicionais cursos de pedagogia.

No caso das universidades públicas paulistas (USP e UNESP) foi implementado, em conjunto com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, o Programa de Formação Universitária para professores em exercício (PEC - Formação Universitária ou PEC FOR PROF)<sup>4</sup> com objetivo de formar em nível superior 12.400 professores da educação básica, por meio de utilização de novas tecnologias, (com uso de videoconferências e professores tutores). A Universidade Estadual de Campinas participou do início do planejamento e das primeiras discussões do PEC, no entanto, retirou-se e elaborou seu próprio programa de formação inicial e continuada dos professores que tinham certificação somente em nível médio, para a atuação na Educação Infantil como nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Esta formação se diferenciava por ser inteiramente presencial e com uma proposta inovadora de parceria com os municípios da região metropolitana de Campinas.

Assim, em 2002, a Faculdade de Educação da UNICAMP, em parceria com a Pró-Reitoria de Graduação da UNICAMP e as Secretarias de Educação de 19 municípios participantes do Fórum de Secretários de Educação da Região Metropolitana de Campinas, iniciou a implementação do Programa Especial para Formação de Professores em Exercício (PROESF), atendendo a demanda das redes municipais dos municípios da região metropolitana de Campinas (RMC)<sup>5</sup>.

As diretrizes do PROESF serão foco deste artigo, como também a estrutura diferenciada a que se propôs na Formação de Professores em Exercício. Alguns questionamentos serão levantados a partir de um lugar determinado, o de minha formação e atuação profissional, enquanto estudante do curso de especialização e Assistente Pedagógica (AP) do programa, e, atualmente, funcionária da Secretaria Municipal de Educação de Campinas.

## As Diretrizes do Programa PROESF – seus diferenciais

O PROESF foi criado para atender a demanda de formação superior e continuada concomitantemente, dos professores em exercício formados em nível médio dos 19 municípios da Região Metropolitana de Campinas.

No artigo *A Formação Superior de Professores em Exercício: a experiência da UNICAMP na região metropolitana de Campinas* (2007), os coordenadores deste Programa, também professores da Faculdade de Educação da UNICAMP, Pereira, Leite e Soligo afirmam que o PROESF

“(…) é o resultado das preocupações político-sócio-educacionais, tanto da Faculdade, como da Universidade e da sensibilidade dos municípios que integram a Região Metropolitana de Campinas (em número de 20). Ele representa a concretização de uma meta comum, empreendida em prol da melhoria da qualidade da educação pública e da formação dos professores na região em que a universidade está inserida, além de representar o envolvimento desta, com as políticas educativas da região. Com esta junção de objetivos e esforços, o programa foi planejado, organizado e está sendo desenvolvido na forma de colaboração entre a Faculdade de Educação da UNICAMP e as Secretarias Municipais de Educação Municipal. (p. 222)”.

Segundo Pereira e Leite (2007), o projeto não deveria contemplar apenas a oferta de um curso de Pedagogia, mas, também, ser efetivo para a sua Região, no alcance de uma educação de qualidade. O Programa foi estruturado de forma que, a partir do curso inicial oferecido aos professores em exercício, fossem formulados atendimentos de educação continuada através de Núcleos de Formação. A proposta, além da formação dos professores em exercício, visava também instituir e/ou fortalecer, em cada município, a educação continuada dos profissionais do quadro do magistério (nos núcleos de formação continuada), elaborar e estabelecer políticas de formação continuada de forma autônoma e que atendessem às necessidades reais dos profissionais e dos projetos pedagógicos das escolas.

Para tanto o Programa se compôs de três grandes dimensões e objetivos:

1. Curso de Pós Graduação, em nível de Especialização: *FUNDAMENTOS CIENTÍFICOS E DIDÁTICOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES*. Tinha

como principal objetivo formar em nível de especialização *latu sensu* um grupo específico de profissionais das redes municipais (professores, especialistas e assessores das Secretarias municipais, dentro do quadro efetivo das redes) para desempenharem a função docente como assistentes pedagógicos no curso de graduação;

2. Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia, tendo como objetivo atender a demanda de 19 municípios, tendo como fundamental meta habilitar os professores em exercício na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, em curso de formação universitária;
3. Organizar Centros de Formação Continuada nos municípios da região metropolitana de Campinas participante do Programa subsidiando as Secretarias de Educação municipais na organização de Núcleos de Formação Continuada para os professores em exercício. (Pereira, Leite, Soligo, 2007)

O documento *Curso de pedagogia para professores em exercício da rede de educação municipal da região metropolitana de Campinas* (FE/UNICAMP, mimeo), dispõe sobre a Proposta do curso e foi elaborada justificando que:

“A Faculdade de Educação da UNICAMP, centro de referência na formação de educadores há mais de 30 anos, atuando nos níveis de graduação e pós-graduação, reconhece a importância dos termos do artigo 67 da LDBN/96 e da crescente solicitação de professores e dos municípios da RMC. Assim, ao lado das constantes lutas em prol das melhorias de qualidade da educação, das condições de trabalho e salário dos professores, enfatizando a necessidade de ações políticas e sociais que possibilitem a valorização do profissional da educação e de sua carreira, propõe o curso de Pedagogia para Formação de Professores em Exercício, entendendo com isso contribuir para a melhoria da qualidade do ensino público num estreito relacionamento com a comunidade escolar e a sociedade em que está inserida. (...) A coordenação dos dois cursos – o de Especialização e o de Pedagogia está a cargo da Faculdade de Educação da UNICAMP e sua gestão financeira será feita a partir de verbas especialmente aprovadas para esse fim pela Assembléia legislativa do Estado de São Paulo na Lei 11010 de 28 de dezembro de 2001. (Plano do Curso de Pedagogia, [s.d.], p. 4-5)”.

Somente em 2005, o Conselho Estadual de Educação, aprovou, em caráter excepcional, o Programa da UNICAMP, autorizando o trabalho que foi iniciado em abril de 2002.

### **PROESF - o curso de especialização**

Este curso teve como principal objetivo capacitar um grupo de profissionais da educação (trabalhadores das secretarias municipais participantes do Programa) para atuação docente no curso de Pedagogia do PROESF, sempre orientados e supervisionados pelos professores da FE/UNICAMP.

“O Curso de Especialização visou à preparação de Assistentes Pedagógicos, para auxiliarem os professores da Faculdade de Educação a desenvolverem suas disciplinas. A elaboração e o oferecimento desta preparação resultaram da impossibilidade de o número de docentes da Faculdade atender a todo o curso, uma vez que, para dar conta da demanda de professores sem curso superior atuando nas redes municipais, estaríamos abrindo 400 vagas por ano.” (Pereira, Leite, Soligo, 2007, p.223)

Cada Secretaria Municipal participante da RMC, junto com os coordenadores do PROESF, selecionaram profissionais segundo os critérios básicos definidos pelo programa para participarem do grupo de Assistentes Pedagógicos, possibilitando criar um conjunto de profissionais para posterior formação continuada, como também oferecer pessoal qualificado para ministrarem as aulas nos pólos do PROESF.

“Assim, os alunos do curso foram selecionados pela Faculdade de Educação, a partir dos quadros que compõem o corpo docente das Secretarias Municipais dos municípios e que atendessem os seguintes critérios:

- Professores/as com formação superior em Pedagogia e, de preferência, com Pós-Graduação ou Especialização.

- Professores/as com reconhecida “liderança pedagógica” nas escolas e comprometidos com a educação.
- Professores/as que tivessem interesse em participar do projeto, uma vez que teriam o compromisso com a docência no curso de Pedagogia e com a atuação nos futuros Núcleos”(Pereira; Leite e Soligo; 2007, p.224).

Além desta seleção, via municípios da RMC, foi realizada, através da própria Faculdade de Educação, uma outra seleção (para vagas não preenchidas de alguns municípios). Essas vagas foram destinadas a ex-alunos da graduação, pós-graduação da FE/UNICAMP que tinham experiência com formação de professores. Foi feita entrevista e discussão temática com os interessados (havia cinco interessados, e todos ingressaram no curso). Por esta via, fui selecionada para o Programa.

Este Curso de Especialização foi elaborado para subsidiar e oferecer infra-estrutura ao curso de pedagogia do PROESF, qualificando os professores e especialistas das redes nas diversas disciplinas da graduação que seriam oferecidas. Para tanto, esta especialização foi sub dividida em três blocos, reunindo disciplinas por eixos (de acordo com a estrutura do curso de graduação do PROESF) a saber:

1. Organização do Trabalho Docente;
2. Pedagogia Inclusiva e Política de Educação;
3. Teoria Pedagógica e Produção de Conhecimento.

Os três eixos curriculares do curso de Pedagogia constituíram os três blocos em que foram divididas a especialização. Cada bloco teve um fio condutor que direcionava o estudo e o futuro trabalho docente, tanto alinhavando os pressupostos teóricos, como possibilitando uma articulação interdisciplinar – das disciplinas de cada eixo curricular, como também entre os três blocos, articulando a formação teórica em todo o curso (porém não aprofundada durante o curso, como também não propiciada pela estrutura fechada da formação na especialização).

Na seleção dos estudantes deste curso de especialização (alunos que eram profissionais das redes municipais, já graduados ou pós graduados), cada um indicou a área de concentração que gostaria de estudar (o que na grande maioria das vezes foi respeitada) constituindo assim 3 grupos, com 24 alunos cada, que estudaram as disciplinas de cada bloco.

O bloco 1, denominado “Cultura Teórico – Educativa e Organização do Trabalho da Escola” contemplou e aprofundou os fundamentos da educação: Pensamento Filosófico e Educação; Pensamento Psicológico e Educação; Pensamento Sociológico e Educação; Pensamento Histórico e Educação; Política Educacional e reformas educacionais Planejamento e Gestão Escolar; Educação e Tecnologia; Currículo e Escola.

O bloco 2 enfatizou o estudo acerca das diferentes áreas do conhecimento escolar e foi intitulado de “Cultura Pedagógica e Produção de Conhecimento”. Compreende as disciplinas: Teoria Pedagógica e Produção em Língua Portuguesa; Teoria Pedagógica e Produção em Matemática; Teoria Pedagógica e Produção em Artes; Teoria Pedagógica e Produção em Educação Física; Teoria Pedagógica e Produção em História; Teoria Pedagógica e Produção em Geografia; Teoria Pedagógica e Produção em Ciências e Meio Ambiente; Teoria Pedagógica e Produção em Saúde e Sexualidade.

“Cultura Inclusiva e Políticas de Educação”, denominação do Bloco 3, destaca a abrangência da ação educativa e a reflexão de aspectos específicos da realidade escolar, trabalhando as disciplinas: Multiculturalismo e Diversidade Cultural; Educação de crianças 0 – 3; Educação de crianças 4 – 6; Educação Não – formal; Avaliação; Pesquisa Educacional; Educação Especial; Temas transversais.

No final do Programa PROESF (2008), cada bloco compôs uma área de concentração do curso de especialização dentro do Programa, sendo que o certificado será diferenciado para cada uma das três ênfases, relacionando o nome da área de concentração estudada.

As disciplinas de cada bloco foram trabalhadas com a carga horária de sessenta horas cada, de forma concentrada em quatro semanas de aulas, em tempo integral – das 8h às 12 e das 14h às 18h, duas disciplinas por mês. Cada turma do curso de especialização pôde aprofundar os conteúdos das oito áreas, participando de um intenso curso teórico e de uma formação específica para a formação de professores na graduação.

A especialização oferecida pelo PROESF aos pedagogos em nível de pós-graduação, no sentido de qualificá-los para a formação de professores, caracterizou-se como elemento inovador nos programas de formação continuada de professores, principalmente pelo seu enfoque direcionado à docência universitária, o que constituiu uma importante formação teórica, como também propiciou uma grande experiência na carreira e

na atuação de todos os participantes, seja ministrando aulas nos cursos de Pedagogia (que constituía a parte prática da especialização), como na atuação profissional que cada um exercia (na docência ou como especialista da educação), nas redes municipais a que pertenciam.

Os municípios subsidiaram o curso em tempo integral para os profissionais selecionados, dispensando-os no horário de trabalho para a sua realização. Para tanto, os profissionais selecionados se comprometeram, ao finalizarem a parte teórica do curso, assumirem as aulas da graduação do PROESF, como também participarem de cursos e atividades de formação continuada das redes a que estavam ligados.

A coordenação do PROESF realizou várias discussões com os professores da FE para o planejamento e organização dos cursos (pedagogia e especialização), e algumas diretrizes gerais foram estabelecidas para as aulas na especialização, como destaca a circular nº1 do curso de especialização (mimeo), elaborada pela coordenação do Programa, no início do curso:

“Com relação ao planejamento dos cursos, lembramos que algumas diretrizes gerais foram discutidas: a) dado que este curso foi planejado para preparar os professores auxiliares para atuarem no curso de Pedagogia, foi proposto que cada professor assuma, como um dos seus objetivos, que os alunos planejem o curso a ser desenvolvido a partir de agosto; b) sugeriu-se também que cada disciplina tente garantir dois aspectos: - o “estado da arte” com relação ao conhecimento da área; - as possíveis relações entre este conhecimento e as práticas docentes dos professores.” (mimeo)

As aulas da Especialização do PROESF iniciaram, como previsto, em 18 de março de 2002, com 3 grupos de 24 alunos.

Como aluna da especialização cursei o Bloco 1 e como exemplo as disciplinas foram assim dispostas e trabalhadas:

De 18/03/02 a 12/04/02

	segunda	terça	quarta	quinta	sexta
Das 8 às 12h	Pensamento Filosófico	Educação e Tecnologia	Pensamento Filosófico	Pensamento Filosófico	Educação e Tecnologia
Das 14 às 18h	Pensamento Filosófico	Educação e Tecnologia	Educação e Tecnologia	Pensamento Filosófico	Educação e Tecnologia

De 15/04/02 a 10/05/02

	segunda	terça	quarta	quinta	sexta
Das 8 às 12h	Pensamento Sociológico	Pensamento Histórico	Pensamento Sociológico	Pensamento Sociológico	Pensamento Histórico
Das 14 às 18h	Pensamento Sociológico	Pensamento Histórico	Pensamento Histórico	Pensamento Sociológico	Pensamento Histórico

De 13/05/02 a 07/06/02

	segunda	terça	quarta	quinta	sexta
Das 8 às 12h	Política Educacional	Planejamento e Gestão	Política Educacional	Política Educacional	Planejamento e Gestão
Das 14 às 18h	Política Educacional	Planejamento e Gestão	Planejamento e Gestão	Política Educacional	Planejamento e Gestão

De 10/06/02 a 05/07/02

	segunda	terça	quarta	quinta	sexta
Das 8 às 12h	Pensamento Psicológico	Currículo e Escola	Pensamento Psicológico	Pensamento Psicológico	Currículo e Escola
Das 14 às 18h	Pensamento Psicológico	Currículo e Escola	Currículo e Escola	Pensamento Psicológico	Currículo e Escola

Como perspectiva de formação inicial para o trabalho na graduação, cada disciplina desenvolveu seu conteúdo inicial neste período e os alunos foram avaliados com trabalhos de conclusão em cada uma.

Esta parte de fundamentação teórica do curso de especialização teve como carga horária um total de 480 horas para cada bloco e ao final das aulas teóricas, o curso previa a parte prática, ministrando aulas de duas das áreas estudadas (escolhidas em acordo entre professores da FE/Coordenação do PROESF e alunos/professores do curso de especialização).

Escolhidas as duas disciplinas para cada um dos APs, os grupos de supervisão e orientação iniciaram suas reuniões para a elaboração de plano de curso e estudos referentes à disciplina que iríamos ministrar. Pelo menos 5 profissionais compunham os grupos de APs de cada disciplina, que mantinham encontros sistemáticos com os professores da

FE/UNICAMP, responsáveis pelas disciplinas da graduação (na grande maioria dos casos, os mesmos docentes que trabalharam a disciplina na especialização).

Devido aos cursos de pedagogia e de especialização do PROESF serem tão diferenciados dentro da UNICAMP, muito teve que ser construído (inclusive legislação específica) para dar conta das especificidades dos cursos. [essa questão é importante, mas você não desenvolve]

Trabalhei com a disciplina PE101 – Educação, Tecnologia e Comunicação, sob orientação e supervisão do Professor Sergio Amaral, no semestre de ingresso das alunas. Foram 09 turmas de ingressantes entre 2002 e 2005 duas turmas em cada semestre e uma turma que compartilhamos eu e Simone Marconatto [?] (também AP de Tecnologia).

A segunda disciplina do curso que ministrei foi PE401 – Política Educacional e Reformas Educativas, sob orientação e supervisão da Professora Heloísa Pimenta, no quarto semestre do curso. Nos anos de 2004 e 2005, trabalhei com três turmas do 2º ano do curso.

O programa foi financiado por recursos externos a Universidade, oriundos do Governo Estadual de São Paulo, específicos para este projeto, o que possibilitou à UNICAMP a construção de salas de aula, aquisição de mobiliários adequados e equipamentos áudio-visuais necessários para o desenvolvimento dos seus cursos, como também para o pagamento dos professores envolvidos no PROESF e das bolsas oferecidas aos alunos da especialização que ministraram as aulas ao longo do curso de Pedagogia.

## PROESF – o curso de pedagogia

No intuito de atender efetivamente as necessidades das estudantes de Pedagogia deste Programa, considerando que todas trabalham em salas de aula durante o dia (em muitos casos em dois períodos e em alguns casos em municípios diferentes), as aulas do curso de Graduação do PROESF foram divididas em 3 pólos, oferecendo maiores chances de permanência e finalização da universidade. Um pólo em Campinas, um em Americana e outro em Vinhedo.

A cada ano de ingresso, eram 10 turmas (de 40 alunas cada), das diversas redes municipais da RMC. Cada município tinha uma cota de vagas (proporcionalmente à demanda apresentada) em cada vestibular, sendo seus profissionais classificados de acordo com edital específico de ingresso no PROESF. As professoras já sabiam em qual pólo estudariam, pois os municípios foram divididos nos três pólos, segundo critério de proximidade geográfica e capacidade de atender a demanda.

O pólo de Campinas atendeu os alunos pertencentes às redes de: Campinas, Amparo, Artur Nogueira, Holambra, Hortolândia, Jaguariúna, Monte Mor, Paulínia e Santo Antonio de Posse; o pólo de Americana: Americana, Nova Odessa, Piracicaba, Santa Bárbara e Sumaré; e o pólo de Vinhedo: Vinhedo, Itatiba, Valinhos e Indaiatuba (este último com algumas turmas no início e posteriormente transferido para a UNICAMP).

Em Campinas, as aulas foram dadas no campus da UNICAMP, nas salas de aulas de vários institutos, como no ciclo básico. Ao longo de todo o curso, as alunas puderam conhecer a realidade dos diversos espaços físicos da universidade, assim como a grande diversidade de recursos para o encaminhamento das aulas.

No pólo de Americana, as aulas do PROESF aconteceram em uma escola do Ensino Fundamental – o CIEP Prof. Octávio César Borghi, no bairro Cidade Jardim. No período diurno funcionava como escola de ensino fundamental e à noite, como sede do PROESF de Americana, atendiam 3 ou 4 turmas de alunos por ano.

No pólo de Vinhedo, as aulas aconteciam no CEPROVI - Centro Profissional de Vinhedo, equipamento municipal que dispunha de muitos recursos tecnológicos para cursos de formação continuada e técnica, com bela estrutura física.

Os diferentes espaços físicos que as aulas aconteciam marcavam as condições materiais de cada pólo para o desenvolvimento das atividades, tanto da docência e recursos para as aulas, como para a atuação e exercício universitário das alunas do PROESF. Neste sentido, os diferentes pólos possuíam diferentes discussões discentes a respeito das condições de serem alunas universitárias e de como exerciam essa condição. [

Atender a esta demanda com a infra-estrutura necessária, também foi um grande desafio deste curso. A FE/UNICAMP, como tantos outros institutos e faculdades públicas, vem nas últimas décadas passando por períodos conturbados, sofrendo com as políticas de terceirização do trabalho e de escassez de investimentos, com muitos professores se

aposentando e sem os devidos concursos públicos para a efetivação de outros profissionais. O ingresso de 400 alunas por ano (10 turmas de 40 alunos cada) na universidade também demandou além dos professores, uma infra-estrutura adequada a um curso universitário e recursos materiais, que nem sempre foram previstos com antecedência. A organização da Faculdade de Educação, como o pólo de Americana, foi sendo estruturada ao longo do desenrolar das atividades do curso e os problemas discutidos e resolvidos à medida que surgiam.

Ao longo dos quatro anos de existência do PROESF, a demanda por formação em [...]superior do professores em exercício diminuiu, pois os professores, além deste curso da UNICAMP, tiveram outras opções para a formação universitária. A própria FE, manteve por quatro anos (de 2001 a 2004) um curso de Pedagogia para professores em exercício (de escola públicas estaduais e municipais ou particulares - PEFOPEX) com um currículo diferenciado e específico. Ainda continuaram as formações oferecidas pelo Governo Estadual (o programa PEC citado anteriormente), além da grande oferta de formação da iniciativa privada.

No último ano de ingresso no PROESF, a demanda dos Municípios participantes foi atendida, cumprindo o disposto no início da parceria e abrindo possibilidades de fomentar novos projetos e programas para atender às demais necessidades das redes municipais, como também às solicitações dos profissionais da educação para a melhor qualificação profissional.

O PROESF formou aproximadamente 1.600 professores em nível superior durante os seus seis anos de existência. Cumpriu assim parte dos seus objetivos: ofereceu um curso específico para a formação de professores em exercício e qualificou aproximadamente sessenta e três profissionais na pós graduação, na área de formação de professores.

No entanto, é possível afirmar que a esperada continuidade da formação através da constituição e/ou fortalecimento de Núcleos de Formação Continuada não foi efetivada na Rede Municipal de Campinas, sendo necessária uma investigação nos demais municípios.

Em 2003, a coordenação do PROESF realizou Seminário intitulado: Centros de Formação Continuada de Professores em Municípios, que discutiu a formação continuada e os Núcleos de Formação.

“Os objetivos do Seminário foram: discutir a importância de Centros de Formação Continuada de Professores pelas Secretarias Municipais de Educação; analisar as atuais políticas de

formação de professores, identificando as responsabilidades dos municípios; conhecer experiências em andamento de alguns centros de Formação Continuada de Professores em Municípios. (Pereira, Leite. 2003)".

Este seminário foi composto de palestras de três renomados professores da Faculdade de Educação da UNICAMP, versando sobre questões conceituais, políticas e sociais relacionadas com a questão da formação continuada dos profissionais da educação; como também relatos de experiências de três municípios sobre a constituição e organização de seus Centros de Formação Continuada de Professores de suas redes de ensino.

Novas ações neste sentido não foram realizadas ou não foram divulgadas pela coordenação após este evento. No final do Programa, com a formatura da última turma de pedagogia do PROESF, não se sabe sobre os encaminhamentos de constituição e/ou fortalecimento dos Centros de Formação Continuada nos Municípios da RMC.

Em Campinas, os profissionais que participaram da formação no curso de Especialização do PROESF, continuaram sua atuação nas suas funções na rede municipal, sendo que muitos ocupam cargos ou funções em que a formação continuada é inerente às suas atribuições cotidianas. Não se teve uma política pública que permitisse ou incentivasse a atuação desses profissionais de forma a dar corpo e atingir os objetivos propostos no Programa.

Como os municípios avaliaram ou avaliam todo o PROESF, nas suas três dimensões (Curso de Especialização, Curso de Graduação e Formação Continuada dos professores em exercício) após seu término em 2008? Quais os impactos reais para a elevação da qualidade das escolas públicas municipais da região? Como os profissionais que participaram (como formadores ou estudantes) aprimoraram sua atuação profissional junto às redes municipais?

Uma outra questão que se coloca com o final do PROESF é qual será o caminho da formação de professores para a educação infantil e séries iniciais da educação básica, pública e de qualidade, com o final da formação de nível médio e a pequena entrada nas faculdades públicas de pedagogia. As novas políticas públicas sinalizadas<sup>6</sup> pela Secretaria do Estado de São Paulo são pistas de que serão adotadas medidas semelhantes ao PEC Formação Universitária, no entanto, com a formação inicial dos profissionais totalmente a

distância, de forma a aligeirar e precarizar a formação docente de professores da educação básica.

## BIBLIOGRAFIA

Anais do Seminário Centro de Formação Continuada de Professores em Municípios. Faculdade de Educação da UNICAMP, dezembro, 2003.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

Edital nº 01 de 05 de maio de 2004, UNICAMP/PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO/COMVEST. Edital do processo seletivo para o preenchimento de vagas para o curso de pedagogia para professores em exercício na educação infantil e primeiras séries do ensino fundamental da rede municipal dos municípios da região metropolitana de Campinas.

Faculdade de Educação / UNICAMP. *Plano de Curso de Pedagogia – Programa Especial de Formação de Professores em Exercício na Educação Infantil e Primeiras Séries do Ensino Fundamental da Rede Municipal dos Municípios da Região Metropolitana de Campinas*, mimeo, [s.d.].

Faculdade de Educação / UNICAMP. *Plano de Curso de Especialização Fundamentos Científicos e Didáticos da Formação de Professores*, mimeo, nov 2001.

FREITAS, Helena C.L. Formação de Professores no Brasil: 10 anos de embates entre projetos de formação. *Educação & Sociedade*. vol.23, n.80. Campinas, setembro 2002.

FREITAS, Helena C.L. Certificação docente e formação do educador: regulação e desprofissionalização. *Educação & Sociedade*. vol.24, n.85. Campinas, dezembro 2003.

FREITAS, Helena C.L. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. *Educação & Sociedade*, vol 28, nº. 100. Campinas, outubro 2007.

Krasilchik, M.; Nicolau, M. L. M.; Cury, M. C. O programa de educação continuada (PEC) na avaliação de seus alunos. *Ciência & Educação*, v. 14, n. 1, p. 169-180, 2008.

PEREIRA, E. M. de A.; LEITE, S. A. da S.; SOLIGO A. F. A formação superior de professores em exercício: a experiência da UNICAMP na região metropolitana de Campinas. *Revista Educere et Educare*, , Vol. 2 nº 3 jan./jun. 2007 p. 221-241, Unioeste / Campus de Cascavel.)

São Paulo. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Diário Oficial, Poder Executivo - Seção I, *Port. CEE/GP 420/2005*, 23 de dezembro de 2005.

SAVIANI, Dermeval. *A nova Lei da Educação: trajetória, limites e perspectivas*. 9ª ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

#### **Sítios consultados:**

Faculdade de Educação UNICAMP: <http://www.fe.UNICAMP.br>

PEC: <http://www.pec.sp.gov.br/>.

Secretaria de Educação do Estado de São Paulo: <http://www.educacao.sp.gov.br/>

USP: <http://www4.usp.br/index.php/educacao/39-educacao/13182>

Univesp : <http://www.tvcultura.com.br/univesp/>

## Notas:

<sup>1</sup> Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394 de 1996: “Art. 87 - É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei. § 1º A união, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.”

<sup>2</sup> Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394 de 1996:  
“Art. 62 - A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.”  
“Art. 87, § 4º - Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formado por treinamento em serviço.”

<sup>3</sup> O fortalecimento da iniciativa privada na educação foi enorme, inclusive politicamente, a ponto de produzir políticas de formação de professores segundo suas necessidades mercadológicas, através do Conselho Nacional de Educação (CNE). Para Freitas (2003), “Cabe destacar que nos últimos anos a discussão da formação de professores se deslocou para o CNE, permanecendo no âmbito das regulamentações legais, sujeitas, portanto, às pressões dos setores privatistas que, majoritariamente, impõem a lógica mercantil e mercadológica a essas regulamentações. Os processos de “transformação” dos cursos de pedagogia em curso normal superior - Resolução nº 133/2001 - e agora a proposta de (re)transformação dos cursos normais superiores em cursos de pedagogia representam uma clara intervenção do CNE nas formulações da política científica para a área, submetendo o desenvolvimento científico do campo das ciências da educação e da pedagogia a essa lógica.”(p.1113).

<sup>4</sup> “Tratou-se de um programa presencial, perfazendo uma carga horária de 3.344 horas, com forte apoio de mídias interativas, que buscou sistematizar os referenciais teóricos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental - 1ª a 4ª séries, por meio de Temas e Unidades presentes na estrutura curricular desses segmentos da escolaridade. Todas as decisões referentes à organização e ao planejamento acadêmico das ações no âmbito do projeto foram tomadas pelas comissões das universidades.” (Krasilchik; Nicolau e Cury, p. 170, 2008). Ver também <http://www.pec.sp.gov.br/>.

<sup>5</sup> **Municípios integrantes da RMC** - Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara D'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo

<sup>6</sup> Decreto nº 53.536, de 9 de outubro de 2008, cria a Universidade Virtual do Estado de São Paulo.